

# Posição inarredável

*Divida externa*

O Brasil entra, a partir de hoje, numa nervosa contagem regressiva que será encerrada no próximo dia 17, data em que se esgota a prorrogação concedida a partir da última quinta-feira, quando de fato venceram os prazos das dívidas de curto prazo — cerca de US\$ 15 bilhões —, mantidas pelo Brasil junto aos bancos internacionais e para cuja renovação, sem hesitações, as autoridades tentarão obter o aval do FMI.

Com essa finalidade viajaram para os Estados Unidos o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, tendo nas posições destacadas da agenda entendimentos com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional e com o presidente do "Federal Reserve Board", em Washington, fechando uma conta de prestígio para obter o apoio do FMI para novas negociações.

A tarefa não é fácil nem os dados disponíveis somam em favor desse pleito. A inflação brasileira está se mantendo em alta, com perspectivas aparentes de persistir por mais dois ou três meses, embora os ajustes econômicos já estejam perfeitamente definidos no pacote fiscal votado pelo Congresso Nacional no final da sessão legislativa de 85.

Outros fatores de complicações estão ampliando esses graus de dificuldades, desde que os créditos externos abertos em favor dos Bancos Comind e Auxiliar, recentemente liquidados extrajudicialmente pelo Banco Central, por parte da comunidade banqueira internacional somente foram satisfeitos em sua quarta parte. O Governo entende que os parciais

residuais somente deverão ser resgatados com o restante da liquidação desses dois estabelecimentos bancários brasileiros. Junta-se, ainda, o incidente climático que fez baixar, em grandes percentuais, o desempenho das safras agrícolas. Toda essa complexa série de imprevistos está exercendo grande influência nos humores dos banqueiros estrangeiros — quer para inviabilizar a renegociação da dívida de longo prazo, quer para complicar o rolar da dívida de curto prazo, cujo montante pode desestabilizar os projetos brasileiros de financiamento das exportações, decorrência de uma desastrosa crise cambial que fatalmente sobreviria.

A ortodoxia do FMI nesse particular é um obstáculo a ser removido pela habilidade do ministro da Fazenda, hoje fortalecido pelas certezas que o animam em decorrência da programação a ser posta em prática pelo Governo, a partir das medidas deferidas pelo Legislativo, no referendo oferecido ao pacote econômico. A direção do Fundo reluta historicamente em se solidarizar com a ordem econômica de qualquer país, desde que submetida a uma persistente expansão inflacionária, a exemplo da que vem ocorrendo aqui.

O convencimento, no entanto, das autoridades financeiras brasileiras se baseia em pressupostos que podem alterar o grau de resistência do FMI, desde que devidamente evidenciados os acertos da política a ser desenvolvida este ano. Dificilmente, por exemplo, será mantida a escalada da inflação, no ritmo que vinha experi-

mentando. Não existe a demanda proclamada por alguns especialistas, desde que sazonais as razões de base que empurraram os níveis da inflação, com a escassez de alimentos adiantando-se nesse tipo de pressão. As providências já adotadas vão eliminar esse condicionamento. A normalização dos estoques reguladores, com os aportes externos, farão refluir, com certeza, os picos inflacionários.

Um outro fator de relevância para o FMI, ligado ao déficit do setor público, está totalmente neutralizado, segundo a palavra do ministro da Fazenda. Seu valor será achatado para níveis ao redor de 0,5% do PIB, atendendo a um comando já irreversivelmente deflagrado pelo Governo, na ordenação de suas despesas de âmbito federal, contra os 3,5% de 1985.

Junta-se, finalmente, o peso maior da fidelidade brasileira aos compromissos até aqui assumidos, ao desempenho da balança comercial e aos sacrifícios a que o País tem-se submetido para manter honrados os seus cronogramas de pagamento.

De qualquer forma o Governo incorporou na bagagem do ministro Funaro a determinação de manter os seus próprios caminhos, sem prejuízo dos avais que vai pleitear, estando disposto firmemente a sustentar a postura de não negociar, sob hipótese alguma, com novos ônus para o povo brasileiro. Nas propostas segue um elenco de decisões irreversíveis de fugir da recessão e de garantir o desenvolvimento. E desse propósito não se deve arredar pé.